

S  
UERJ/TEI  
TD324

043130-3

# TEXTO PARA DISCUSSÃO

Sobre  
o consenso de Washington

Nº 324

Jose Luis Fiori

Instituto de Economia Industrial  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
**Instituto de Economia Industrial**

Sobre  
o consenso de Washington

Nº 324

Jose Luis Fiori



43 - 016794

Fevereiro de 1995

MS 97490



S  
UFRJ  
TD 387

Instituto de Economia Industrial - IEI/UFRJ

Director

Coordenador de Ensino Carlos Aguiar de Medeiros

Coordenador de Pesquisa João Luis Maurity Saboia

Coordenador de Publicações David Kupfer

Supervisão Gláucia Aguiar

Projeto Gráfico Ana Cecília Bedran

Editoração Eletrônica Ana Lucia Ribeiro

Impressão Célio de Almeida Mentor  
Luiz Jorge de Araújo Góes  
Olávio da Silva Inácio

**Ficha Catalográfica**

FIORI, Jose Luis

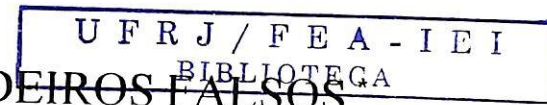
Sobre o consenso de Washington. / Jose Luis Fiori. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995.

39p.; 21 cm. -- (Texto para Discussão; n. 324)

Conteúdo: Os moedeiros falsos. / Jose Luis Fiori -- Reforma e Imaginação. / Fernando Henrique Cardoso -- O dragão enfrenta o santo. / Lourdes Sola -- As palavras e as coisas. / Jose Luis Fiori. Artigos publicados na Folha de S.P. em agosto de 1984.

1. Brasil. Política Monetária. 2. Estabilização Econômica. 3. Plano Real. 4. Brasil. Política Econômica, 1994. I. Cardoso, Fernando Henrique. II. Sola, Lourdes. III. Título. IV. Série

2 texto para discussão - iei/ufri



**OS MOEDEIROS FALSOS**

**JOSÉ LUÍS FIORI\*\***

“Afinal é preciso admitir, meu caro, que há pessoas que sentem necessidade de agir contra seu próprio interesse...”

André Gide

“É importante para um *technopol* vencer a própria eleição para continuar a implementar sua agenda e não para manter-se no cargo. Vencer uma eleição abandonando suas posições é para ele uma vitória de Pierro”.

John Williamson

(In: *Search of a Manual for a Technopols*, 1993)

1. Entre os dias quatorze e dezesseis de janeiro de 1993, o *Institute for International Economics*, destacado *think thanks* de Washington, tendo à frente Fred Bergsten, reuniu cerca de cem especialistas em torno do documento escrito por John Williamson, in: *Search of a Manual for Technopols*, num Seminário Internacional cujo tema foi: *The Political Economy of Policy Reform*. Durante dois dias de debates, executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, junto com alguns acadêmicos, discutiram com representantes de onze países da Ásia, África e América Latina, “as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um *technopol* a obter o apoio político que lhe permitisse levar a cabo com sucesso” o programa de estabilização e reforma econômica que o próprio Williamson, alguns anos antes, havia

\*Artigo reproduzido da Folha de São Paulo, caderno Mais! de 3 de julho de 1994.

\*\*Cientista Político, professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

texto para discussão - iei/ufri 3

chamado de *Washington Consensus*. Um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje, pelo FMI e pelo BIRD em mais de sessenta países de todo mundo. Estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais operadas em alguns casos como em boa parte da África, (começando pela Somália no início dos anos oitenta) diretamente pelos técnicos próprios daqueles Bancos; em outros como por exemplo na Bolívia, Polônia e mesmo na Rússia até bem pouco tempo atrás, com a ajuda de economistas universitários norte-americanos; e, finalmente, em países com corpos burocráticos mais estruturados, pelo que Williamson apelidou de *technopols*: economistas capazes de somar ao perfeito manejo do seu *mainstream* (evidentemente neo-clássico e ortodoxo) à capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda e a mesma agenda política do *consensus*, como é ou foi o caso, por exemplo, de Aspe e Salinas no México, de Cavallo na Argentina, de Yegor Gaidar na Rússia, de Lee Teng-hui em Taiwan, Manmohan Singh na Índia, ou mesmo Turgut Ozal na Turquia e a despeito de tudo Zélia e Kandir no Brasil. Um programa ou estratégia seqüencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de “reformas estruturais”; liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

2. Foi ainda nos anos oitenta que o reiterado insucesso das políticas monetaristas de estabilização introduziu nos debates econômicos a importância crucial para o sucesso no combate antiinflacionário do “fator-credibilidade”, e teve como consequência a canonização de uma heterodoxia, a da re-regulação do câmbio ou “dolarização”. Logo à frente, já nos anos noventa, as novas avaliações pessimistas, tanto do FMI como do BIRD, puseram em destaque a

importância decisiva do “fator poder político” no sucesso ou fracasso de seu programa econômico. Esta nova preocupação dos intelectuais e gestores do Consenso de Washington é que explica não só a realização do Seminário de Bergsten e Williamson como a presença nele de dois cientistas políticos, Joan Nelson e Stephan Haggard, responsáveis por um dos mais abrangentes estudos comparativos já feitos sobre este assunto nos Estados Unidos.

No seu documento introdutório Williamson resume as perguntas e hipóteses centrais relativas às dificuldades próprias de cada uma das etapas do plano e sobre as respostas alternativas encontradas pelos diferentes países. Porque reconhece os perversos efeitos sociais e econômicos das medidas de austeridade e liberalização sobre as economias e populações nacionais. O autor também entende porque, com este programa, fica difícil eger e sustentar um governo minimamente estável. Onde surgira várias táticas ou artifícios políticos capazes de fazer os eleitores aceitarem os desastres sociais provocados em todo lugar pelo programa neoliberal como sendo transitórios ou necessários em nome de um bem maior e de longo prazo. Listam-se ali, como condições mais favoráveis, quando o programa consegue ser aplicado depois de alguma grande catástrofe (guerra ou hiperinflação) capaz de minar toda e qualquer resistência; quando os *technopols* conseguem defrontar-se com uma oposição desacreditada ou desorganizada; quando além disto eles disponham de uma liderança forte capaz de “insularizá-los” com relação às demandas sociais. Condições que não dispensaram, entretanto, em todas as situações conhecidas, a formação prévia de uma coalizão de poder suficientemente forte para aproveitar as condições favoráveis e assumir, por um longo período de tempo, o controle de governos sustentados por sólidas maiorias parlamentares, um longo período de tempo. Esta sim, uma condição considerada indispensável para poder transmitir “credibilidade”, aos atores que realmente interessam, neste caso: os “analistas de risco” das grandes empresas de consultoria financeira responsáveis, em última instância, pela direção em que se movem os capitais “globalizados”.



3. Poucos ainda tem dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integra a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington onde o Brasil esteve representado pelo ex-Ministro Bresser Pereira. E aí se inscreve não apenas por haver sido formulado por um grupo paradigmático de *technopols*, mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações, etc., para que só depois de restaurada uma economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento. Neste sentido os seus *technopols*, como bons aprendizes, sabem que a dolarização inicial da economia será sempre um artifício inócuo se não estiver assegurada por condições de poder inalteráveis por um período prolongado de tempo. Desde este seu ponto de vista, aliás, o Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.

4. Por isto não surpreende a confusão popular frente à candidatura de FHC e suas relações sinérgicas com o Plano Real. O que surpreende, sim, é a confusão ainda maior que reina entre os intelectuais que criticam ou justificam emocional ou ideologicamente as suas atuais preferências políticas. Erro que não cometeria o FHC professor, lógico e realista, se não estivesse impedido de recorrer a si mesmo e ao que ainda melhor explica suas preferências políticas atuais: os seus próprios ensaios sobre o empresariado industrial e a natureza associada e dependente do capitalismo brasileiro, datados dos anos sessenta. Eles permitem entender e acompanhar de forma perfeitamente racional o caminho lógico que levou FHC à sua posição atual no xadrez político-ideológico brasileiro. Mas é verdade, que ao mesmo tempo, contém o libelo mais duro, veemente e essencial contra a sua própria opção. Em termos muito sintéticos.

a) O trabalho acadêmico de FHC pode ser todo ele definido como uma busca incansável dos “nexos científicos” entre os interesses e objetivos desenhados pelas situações “histórico-estruturais” e os caminhos possíveis que vão sendo construídos politicamente nas sociedades concretas pelos grupos sociais e suas coalizões de poder;

b) Com esta perspectiva FHC foi um dos pioneiros a investigar e concluir, de maneira implacável, já em 1963, que “a burguesia industrial nacional estava impedida, por motivos estruturais, de desempenhar o papel que a ideologia nacional-populista lhe atribuía” e que por isto “havia optado pela ordem, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfazendo-se com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental”. Constatação que lhe permitiu redescobrir, muito cedo, no empresariado brasileiro, uma condição universal do capitalismo: a de que pode estar associado, indiferentemente, segundo as circunstâncias, a um discurso ideológico protecionista ou livre-cambista, estatista ou anti-estatista, obedecendo apenas ao interesse maior da liberdade de movimento do capital e dos desdobramentos geo-econômicos e políticos da sua continuada internacionalização;

c) Esta descoberta foi responsável direta pelo seu passo seguinte e mais original: para FHC, se a condição periférica do capitalismo se definia pela ausência de moeda conversível e capacidade endógena de progresso tecnológico, a sua “condição dependente” se definia pela forma peculiar de associação econômica e política do empresariado nacional com os capitais internacionais e o Estado. “Tripé” de sustentação econômica da fase de “internacionalização do mercado interno” (em que as empresas multinacionais assumiram a liderança em quase todos os setores de ponta, responsabilizando-se por cerca de 40% do produto industrial) e de um tipo de “industrialização associada”, tão viável quanto inevitável do ponto de vista da “burguesia industrial brasileira”.

5. Não é tão difícil estender e atualizar a análise de FHC à nova “situação estrutural”, definida por uma internacionalização

mais avançada ou globalizada do capitalismo, associada ao aumento de nossa "sensibilidade" interna às mudanças da economia mundial. Sobretudo porque a nova realidade ultrapassa mas não invalida o que de essencial FHC escreveu nos anos sessenta e setenta. E a sua inteligência lhe impede repetir bobagens e lhe permite saber que o que interessa para o Brasil, no novo contexto globalizado, não tem nada a ver com a queda do Muro de Berlim nem tampouco com o esgotamento do modelo de substituição de importações que já ocorrera nos anos sessenta/setenta.

Nessa atualização, basta ter claro que a globalização não é um processo completamente apolítico, envolvendo desde os anos oitenta pressões crescentes de governos e organismos multilaterais sobre a condução doméstica das economias periféricas. Por isto os ajustes nacionais tampouco são puramente econômicos. Os estados nacionais tem que optar e decidir como se conectam à nova realidade e isto, como vira FHC, também agora passa por uma redefinição das coalizões interna e externa de poder. No nosso caso, o velho "tripé" econômico e sua aliança com as elites políticas regionais entrou em crise e precisa ser refeito. Dos antigos aliados, a velha elite política está esfacelada regionalmente; o sócio internacional "financirizou-se"; o empresariado local que já se "ajustou" a nível microeconômico, mantém sua velha opção ainda quando tenha encontrado seu exato lugar enquanto "sócio menor associado" e, por isto já alinhou plenamente com o livre-cambismo anti-estatista do Washington Consensus; e por fim, o Estado, falido financeiramente, já foi além disto destruído de forma absolutamente irracional e ideológica pelo governo Collor. FHC sabe como ninguém que mudar ou refazer esta articulação econômica e aliança política é o problema central que hoje está posto no cenário brasileiro. E frente a esse desafio tomou sua primeira e decisiva decisão: resolveu acompanhar a posição do seu velho objeto de estudo, o empresariado brasileiro, e assumiu como um fato irrecusável as atuais relações de poder e dependência internacionais. Deixou seu idealismo reformista e ficou com seu realismo analítico abdicando dos "nexos científicos" para propor-se como condotieri da sua burguesia industrial, capaz

de reconduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira. Como consequência natural aderiu à estratégia de ajustamento do FMI e do Banco Mundial.

6. Mas sua opção mais importante não foi esta. Disponha de um elenco de alternativas políticas para implementar essa mesma estratégia. Mas, diante da hipótese de uma aliança de centro-esquerda que poderia revolucionar o sistema político e social brasileiro aproximando-o do social-liberalismo de Felipe Gonzales, FHC preferiu o caminho de Craxi, Vargas Llosa ou Mitsotakis e decidiu-se por uma aliança de centro-direita com o PFL que lhe garante o apoio natural dos demais partidos conservadores num eventual segundo turno. Uma aliança que obviamente não se explica por razões puramente eleitorais, pois afinal Collor e Berlusconi já demonstraram que nesse campo é possível obter melhores resultados por caminhos mais diretos e "modernos". O que a nova aliança de FHC se propõe, na verdade, é algo mais sério e definitivo: remontar a tradicional coalizão em que se sustentou o poder conservador no Brasil. Este é o verdadeiro significado direitista de sua decisão que aliás não é de hoje, data de maio de 1991, quando apoiou a reorganização do governo Collor em aliança com o próprio PFL de ACM e Bornhausen. Se ali não teve sucesso, foi por obra do destino ou de Mário Covas, mas as cartas já estavam lançadas. Desde então costurou de forma brilhante e eficiente, a adesão de quase toda a grande imprensa e do empresariado, mas sobretudo os apoios internacionais que lhe faltaram a Collor, haja vista além das avaliações de risco das grandes Consultoras financeiras publicadas pela imprensa internacional, o desfile recente de personalidades mundiais (públicas e privadas) do neoliberalismo que tem vindo dar apoio ao programa de estabilização e reformas de FHC. Faltam-lhe ainda, contudo, duas coisas: o apoio das lideranças políticas regionais que vem negociando com imensa dificuldade a partir do

PFL e, sobretudo, o dos eleitores que pretende obter através do sucesso instantâneo de seu Plano Real.

Em síntese, FHC optou por sustentar a estratégia do Consenso de Washington valendo-se da mesma coalizão de poder que construiu e destruiu o Estado desenvolvimentista de forma igualmente excludente e autoritária. E com isto, em nome do seu realismo, na verdade está se propondo, ainda uma vez, a refundar a economia sem refundar o Estado brasileiro. E aqui sim, contradiz um ponto essencial de suas idéias e de seu passado reformista.

7. Não nos interessa discutir aqui porque o programa FMI/BIRD pode ser virtuoso para o empresariado e catastrófico para um país continental e desigual como o Brasil, mas apenas nos ater aos dilemas internos e específicos de tal proposta, e de sua experimentação concreta, para assim esclarecer o significado mais radical da opção de FHC. Mas para isto devemos voltar brevemente a Washington. Não mais às sugestões práticas do seminário de John Williamson, mas às conclusões do estudo comparativo de J. Nelson e S. Haggard, sobre um grupo de vinte e cinco países que antecederam o Brasil na adesão ao Washington Consensus. E aqui todas as experiências apontam numa mesma direção: se o projeto não avança sem “credibilidade”, não há credibilidade possível sem governos com autoridade centralizada e forte. Mas por que chegaram a esta conclusão de que era indispensável recorrer à política e a estados fortes para alcançar o “mercado quase-perfeito”?

Primeiro, porque na maioria dos países que já aplicaram as políticas e fizeram as reformas recomendadas não houve a esperada recuperação dos investimentos. E isso porque, em segundo lugar, o apoio empresarial interno e externo, não passa do entusiasmo retórico para a cooperação ativa, indispensável inclusive para a primeira etapa da estabilização sem ter garantias sobre as reformas liberalizantes. Em terceiro lugar, como consequência aliás, todos os países que lograram vencer a etapa da estabilização contaram com uma ajuda externa politicamente orientada: no caso chileno, 3% do PIB, durante cinco anos, de ajuda pública mais um aporte equivalente, durante três anos, por parte dos bancos comerciais;

5% do PIB durante cinco anos no caso da Bolívia; 2% do PIB durante seis anos no caso do México, etc. Mas, em quarto lugar, mesmo quando obtiveram a ajuda externa e se estabilizaram, estas economias “reformadas” atravessaram profundas recessões, perdas significativas da massa salarial e aumento geométrico do desemprego, os famosos “custos sociais” da estabilização. Em quinto lugar, mesmo ali onde houve retomada do crescimento, este tem sido lento e absolutamente incapaz de recuperar os empregos destruídos pela reestruturação e abertura das economias. Sendo que para culminar, em sétimo lugar, no caso das experiências bem comportadas, as etapas de estabilização e reformas tomaram de três a quatro anos cada uma, e até uma década para a retomada efetiva do crescimento. Neste quadro, como é óbvio, fica difícil obter credibilidade para as políticas neoliberais junto ao empresariado, seu aliado indispensável, e pior ainda, junto aos trabalhadores. Segue-se daí a conclusão inevitável: a longa espera pelos eventuais resultados positivos das políticas e reformas preconizadas pelo FMI e BIRD demandam uma estabilização prolongada da situação de poder favorável às reformas. Solução que desemboca, entretanto, num novo problema: o da viabilização eleitoral duradoura da coalizão “reformista”. Eis aí a questão: como fazer com que o povo compreenda e apoie por um longo período de tempo, e apesar de sua dura penalização, a verdade dos technopols? Ou, em termos mais diretos: nestas condições, como ganhar eleições e manter tanto tempo uma sólida maioria no Congresso Nacional?

8. Frente a este desafio, descartada a “alternativa Menem” (usar um programa para a campanha eleitoral e outro no governo) defendida entusiasticamente no Seminário de Washington por Nicolas Barlette do International Center for Economic Growth, os estudos apontam para três caminhos conhecidos:

a) o dos partidos capazes de assegurarem a vitória e a maioria parlamentar por mais de uma década, o que em geral se deu em sociedades com menores índices de inflação e/ou de desigualdade social:

b) o da existência de condições excepcionais, de guerra ou recuperação democrática, favoráveis ao logro de acordos sociais e políticos entre partidos, sindicatos e empresários;

c) ou então, como os estudos mencionados indicam em quase todos os casos dos países com economia de alta inflação, grande fragilidade externa e extrema desigualdade social, o apelo à regimes autoritários permanentes ou “cirúrgicos”, como foi o caso da Turquia no início dos oitenta e do Peru mais recentemente.

9. FHC, desde 1991, pelo menos, optou claramente por este projeto de modernização neoliberal e por um bloco de sustentação de centro-direita. Neste sentido, segundo nos relata a experiência, optou por uma estratégia sócio-econômica que tem gerado ou aprofundado os níveis preexistentes de desigualdade e exclusão social. E além disso, para culminar, também optou para levar à frente este projeto anti-social e quase sempre autoritário, através de uma coalizão política que foi sempre autoritária e que já logrou forjar, antes e durante a era desenvolvimentista, esta nossa sociedade que ocupa hoje o penúltimo lugar mundial em termos de concentração de renda. Neste sentido é que se pode concluir, sem ofender a lógica, que FHC realmente aderiu a um projeto de aggiornamento do autoritarismo anti-social de nossas elites.

10. Mas agora o jogo já começou e as coisas já evoluíram-se. Hoje FHC se transformou em refém de seus próprios technopols. Como sua proposta neoliberal satisfaz o empresariado mas deixa pouca margem para costurar as alianças com as velhas elites políticas regionais, e como a situação dos eleitores piorou enormemente desde que assumiu o Ministério da Fazenda, só lhe resta esperar pelo milagre dos três meses prometido pelas cabeças “iluminadas” de sua equipe econômica. Neste ponto, aliás, o Brasil produz uma novidade que talvez possa ser relatada no próximo Seminário de Washington: em vez de silenciar sobre os efeitos perversos do programa, faz-se de seu sucesso antecipado de curtíssimo prazo a grande arma para obter a vitória eleitoral. Mas é por isto também

que neste caso o plano de estabilização já nasceu de forma autoritária de tal forma que já agora a condução independe do conhecido senso público do Ministro Ricupero. Lançado num período eleitoral quando por definição as escolhas são livres e os resultados indeterminados, o pré-anunciado sucesso do Plano supõe que só possa haver um ganhador, ou pior, supõe quem quer que seja o ganhador terá que se submeter aos technopols, a menos que queira enfrentar uma hiperinflação explícita, com fuga de capitais, sobrevalorização cambial e desequilíbrio fiscal gerado pelas altas taxas de juros. Para não falar de que nestes três meses de engodo, tudo o que faz parte normal de uma campanha eleitoral será considerado subversivo do ponto de vista do Plano. Sendo desnecessário acrescentar, neste momento, que mesmo que FHC ganhe as eleições dificilmente terá a maioria parlamentar de que falam, o que nos candidata fortemente, segundo a experiência relatada, a prolongarmos no tempo a concepção originariamente autoritária do Plano. Neste sentido, ao contrário do que alguns defendem, FHC está dando uma nova e sofisticada colaboração para a irracionalidade da política brasileira.

11. E quando à moeda que nasce, depois de chegar à Brasília protegida pelos tanques do Exército, seguirá sendo uma moeda virtual ancorada numa paridade cambial, que, por sua vez está atrelada a futuro político impossível de ser assegurado de antemão. Sorte teríamos neste sentido se sobre ela pudéssemos apenas parafrasear Helmut Schmidt, quando disse aqui no Brasil, comentando a possibilidade de sucesso imediato das reformas liberais no leste europeu: “ter-se-ia que ser professor de Harvard para crer nesta tolice.” Nossa situação é ainda mais triste, porque temos que reconhecer que nossos technopols conseguem reunir a “tolice dos professores de Harvard” à irresponsabilidade dos modernos falsos do André Gide.



# REFORMA E IMAGINAÇÃO\*

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO\*\*

Uma das maiores dificuldades para os candidatos à Presidência da República é mostrar ao eleitorado que têm uma proposta para o país e dizer como pretendem executá-la.

É verdade que alguns candidatos insistem mais na proposta ou no sonho do que em sua execução, até porque muitas de suas metas são inexecutáveis. Mas, bem ou mal, os candidatos das principais forças políticas têm propostas e tentam mostrar como pretendem levá-las à prática.

Aproveito, por isso, este espaço para entrar no debate que realmente interessa, o das propostas de futuro para o Brasil e o das alianças capazes de concretizá-las.

Assusta-me o que se diz sobre o que seria minha proposta. Como as opiniões expressas quase sempre situam-no no contexto político e não propriamente acadêmico, em geral a crítica é feita ao que supõem ser um projeto "neoliberal". Para construir esse projeto, faz-se uma mistura entre o que supõem ser meu pensamento com uma também suposta inflexão política "à direita". Esta última, graças à aliança do PSDB com o PFL (esquecendo-se quase sempre o PTB). Na luta ideológica, o que se deseja projetar é a imagem de que eu teria resolvido vestir a máscara do "Consenso de Washington" e andar de braços dados com o clientelismo político "nordestino".

Para melhor estigmatizar o alvo, diz-se que, depois de eu ter repudiado tudo o que escrevi, não seria de estranhar que, desde

\* Artigo reproduzido da Folha de São Paulo, caderno Mais! de 10 de julho de 1994.

\*\* Sociólogo, Senador pelo PSDB-SPe candidato à Presidência da República pela coligação PSDB-PFL-PTB; é professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; foi Ministro da Fazenda e das Relações Exteriores (governo Itamar Franco).

1991, quando teria forçado o apoio ao governo Collor só evitado porque Covas se opôs, estive agora materializando o "Consenso de Washington". Este, para os não-iniciados, refere-se ao conjunto de políticas ditas neoliberais, a começar pela estabilização da moeda através do ajuste fiscal e da reforma monetária, para prosseguir com as privatizações, a abertura da economia e a retomada do crescimento, no contexto de uma economia globalizada.

Inicialmente, separemos o que é história mal contada do que é análise objetiva de uma situação. Quanto ao apoio a Collor e disso há testemunhas a decisão de não participar do governo foi minha e de Tasso Jereissati, exclusivamente. Abrimos o debate no PSDB, discutimos a possibilidade e recusamos a participação no governo porque percebemos que não poderíamos influir nas decisões.

Mas, dirão os críticos, quiseram participar de um governo que era favorável ao "Consenso de Washington". Esta é a questão central. Desde o famoso discurso do senador Mário Covas, quando candidato à Presidência da República, sobre o "choque de capitalismo", o PSDB teve de confrontar-se com a grande questão de nosso tempo; como fazer funcionar a economia do país e como manter a democracia, ampliar a igualdade e assegurar a justiça social. Em um país como o Brasil, de pobreza e concentração de renda, essa temática é crucial.

Em outros termos, para resolver as questões não só econômicas como sociais, existe uma via social-democrática para o desenvolvimento sustentado e para a melhoria da vida do povo que se distinga, por um lado, da crença no automatismo do mercado e na força da empresa e, por outro, do intervencionismo burocrático-estatal?

É isso que está em questão nas eleições de 3 de outubro. E as respostas são várias. Simplificando, o candidato do PMDB volta aos temas e soluções dos anos 60 e reafirma que o crescimento econômico alavancado pelo setor produtivo estatal, com algum tipo de proteção ao mercado interno e um certo intervencionismo estatal, daria a fórmula para nosso futuro.

O PT, de modo mais confuso porque incorpora algumas preocupações internacionalistas e substitui o clientelismo tradicional pelo corporativismo, também parece apostar no protecionismo do mercado, na solidariedade internacional dos grandes países não totalmente integrados ao sistema produtivo global (China, Rússia, Índia, parte da África etc) e na força do mercado interno, sobretudo através das pequenas e médias empresas, bem como em forte regulamentação estatal, para fazer face, e logo, às grandes demandas sociais.

O PDT leva tudo isso ao exagero. Pretende não só fortalecer as grandes corporações estatais, como se volta, com ira, contra as “perdas internacionais”. Embora formalmente filiado à Segunda Internacional, o PDT trava a luta contra o “colonialismo”, a la século 19, e, sem ter compromisso efetivo e organizado com os movimentos populares, quer representar também a sede por justiça social e bem estar das massas marginalizadas, notadamente no campo da educação.

Em contraposição a estas propostas, os críticos da proposta do PSDB só vêem uma alternativa: o neoliberalismo, capitaneado pelo tal “Consenso de Washington”.

Esquecem-se de que os partidos que se situavam “à direita”, ou desistiram de ter candidatos e plataformas próprias ou, se os têm, eles não assumem tal postura, deixando-a aos cuidados de ideólogos isolados, como, por exemplo, Roberto Campos. Ao invés dos ideólogos da esquerda comemorarem a inexistência de propostas neoliberais em nossa política graças à sua inviabilidade prática fazem o contrário: pintam a cara do PSDB e de seu candidato, como se fossem a encarnação do “neoliberalismo”.

Haja falta de imaginação!

É patético que os ideólogos que se crêem donos da verdade não percebam que o PFI apóia uma candidatura do PSDB, e não o contrário. E por que apóia? Porque os líderes mais lúcidos do partido reconhecem que é preciso (até mesmo para ganhar as eleições) reformular o ideário liberal, e mesmo liberal-social, e estabelecer uma ponte com as realidades do país.

Que realidades são estas?

É neste ponto que entra a proposta de minha candidatura. Como escreveu um dos críticos mais lúcidos, José Luís Fiori (*Mais!* de 3/7, à pág. 6-6), eu não abri mão de análise sociológica alguma. Assim como há 30 anos mostrei (o que na época era obscuro) que a “burguesia nacional” ou melhor, a ideologia a ela imputada pela esquerda não tinha a menor condição de propor um projeto hegemônico para o Brasil por causa do que chamei de “internacionalização do mercado interno”, continuo crendo que a globalização da economia queiram ou não os críticos existe como consequência de uma nova forma (até tecnológica) de produzir.<sup>1</sup>

É esta questão que não está posta por meus adversários nem, portanto, é incorporada às propostas que eles apresentam. Por não reconhecerem, objetivamente, sociologicamente, economicamente, que houve uma mudança no padrão estrutural da economia e da sociedade contemporâneas, têm propostas *regressivas*.

Pensam-se na vanguarda, mas consubstanciam o atraso; suas referências valorativas estão circunscritas no horizonte do passado e não têm como dar curso prático às idéias por generosas que sejam que para eles representam o “progresso”.

Mas só até aí a argúcia objetiva do já citado José Luís Fiori. Daí por diante, pensa que, assim como mostrei que havia uma relação dependente-associada entre a economia local e internacional, *ipso facto*, por “realismo”, eu teria abandonado qualquer postura reformista e generosa para propor pasmem! a reconstrução de uma aliança oligárquica capaz de sustentar o “Consenso de Washington”.

Para “provar” isto, pratica uma “falácia ecológica”: eu é que teria sido “criado” para, propondo o real e a estabilização econômica, dar vigência ao neoliberalismo washingtoniano.

Haja liberdade pouco poética com os fatos e as intenções. Esquecem-se do principal: qualquer ministro da Fazenda, sério e

1- A famosa frase repetida sempre na Folha “esqueçam tudo que escrevi”, jamais foi dito por mim. Até hoje, apesar do meu desafio, ninguém foi capaz de dizer a quem, quando e onde eu teria dito tal despautério.

competente, diante da ameaça hiperinflacionária que corroía o Estado e arruinava não só a economia mas a oferta de empregos e os salários do povo, teria de ser *radical*, isto é, teria de ir à raiz dos problemas. E, na conjuntura brasileira, a inflação passou a ser a esfinge: se não fosse decifrada, devoraria a todos.

Será este argumento mera racionalização? É ver o que está acontecendo na Venezuela para perceber que depois da tremenda crise político-moral, de tentativas frustradas de estabilização e de uma eleição que colocou no poder pessoas com pensamento nacional-popular, ao invés da implantação de uma “democracia de massas”, ocorreram restrições constitucionais, houve crise econômica generalizada e será feita nova tentativa de estabilização. Só que agora à custa, provavelmente, de brutal preço, de perda de tempo precioso e de muito sofrimento do povo, a despeito das melhores intenções do presidente Caldera.

E com Allan Garcia, no Peru, foi diferente?

Não se trata, portanto, de colocar rótulos nem de fazer-se uma inversão temporal dos fatos, supondo-se que houve uma “inteligência política intencional e superior” que, como nova mão invisível, desta vez na política, ordenou a disputa eleitoral e dirigiu a ação governamental para impor a “pax americana” em nossa economia. Chega de artificialismos e de estereótipos conspiratórios deste tipo.

A política de estabilização proposta sem monitoramento do FMI e sem passar por recessões é apenas uma tentativa para assegurar condições de governabilidade e para permitir que o país chegue às eleições. Se os críticos, ao invés de distorcerem o que eu penso e proponho, percebessem que eu desejo reconstruir o Estado para permitir que se dê a guerra ao “apartheid social”, chegariam a outras conclusões.

É este é o desafio, e a resposta a ele nada tem de neoliberal, mas sim de social-democrata. De uma social-democracia que funcione em uma sociedade de massas, com muita pobreza e marginalização cultural, baseada em uma economia de mercado já inserida, em larga medida, na economia globalizada e ainda incapaz de reduzir as desigualdades.

Mesmo os autores políticos, como Lula, que não reconhecem o padrão estrutural da economia contemporânea, acabam por tentar convencer o resto do mundo que eles, na prática, não farão o que seus projetos supõem fazer: não denunciarão o acordo da dívida externa, não farão distinções entre empresas nacionais e estrangeiras, continuarão a privatizar etc.

Como não sou incoerente nem reneguei minha tradição de análise-sociológica, não preciso usar de linguagem diferente, conforme o auditório. Mas daí não decorre que eu defenda o “livre mercado”, que desconsidere a necessidade do fortalecimento do Estado, nem muito menos que deixe de ver a “dívida social” como a parte principal e mais urgente a ser resolvida da herança nefasta de nosso passado elitista e antidemocrático.

É neste ponto que reside a necessidade da imaginação sociológica para realizar as reformas.

Os críticos de pouca profundidade só vêem o neoliberalismo como alternativa às ideologias presas a um passado em extinção, nacional-autoritário, nacional-popular ou nacional-desenvolvimentista. Não percebem que o novo na situação brasileira (como ocorreu no Chile e em vários outros países) é que o clientelismo tradicional que eles pensam estar cristalizado no PFL (com grande injustiça, pois quem foi ministro da Fazenda sabe que essa praga está muito bem distribuída entre vários partidos, alguns dos quais do “centro” e da “centro-esquerda”) está quebrado sem remissão. A crise da Comissão de Orçamento do Congresso foi só a gota d’água de um sistema que solidarizava interesses econômicos e interesses políticos das oligarquias regionais. Esse sistema não dará mais sustentação a governo algum.

É, portanto, no mínimo, uma subestimação de minha capacidade analítica e de minha imaginação (para não falar de meus valores) pensar que, diante da “realidade contemporânea”, eu optei (e levei o PSDB a optar) por uma aliança conservadora. Sobre ser conservadora, esta aliança seria ineficaz até mesmo para servir de contraponto aos interesses do capitalismo internacional.



Pelo amor de Deus! Que os críticos sejam mais generosos ao julgar, se não as virtudes e o caráter, pelo menos a inteligência dos que estamos hoje coligados ao redor de um programa de reformas viáveis no Brasil.

O grande calcanhar de Aquiles ou o grande desafio da presente situação brasileira é precisamente este: a inserção do Brasil no sistema produtivo internacional, para servir os interesses nacionais e populares, requer um Estado reformado, capaz de abrir-se eficazmente às pressões e aos interesses da população, especialmente da maioria de pobres que vivem uma cidadania incompleta.

O PT aponta, com razão, para a causa da cidadania e para o clamor dos pobres. Mas sua política econômica (?) e sua visão de mundo fazem com que a generosidade da proposta se esboroe na muralha da incompetência para ver o “novo” no plano global e, que é pior, no comprometimento do partido com os interesses corporativos da burocracia. Por minimizarem a revolução produtiva que já ocorreu e o próprio papel da iniciativa privada (melhor dito societária) na produção e incorporação de inventos tecnológicos e por não darem a devida importância à crítica ao corporativismo estatal forma moderna e não por isso menos negativa do clientelismo político são incapazes de ajustar ao contexto contemporâneo a luta pela igualdade e pela erradicação da miséria. Não percebem que, a despeito das intenções que podem ser generosas, a ação estatal que estimulam cria uma nova barreira à melhoria das condições gerais de vida do povo e ao avanço da economia para tornar possível aumentar e distribuir a riqueza.

Ora, nossa proposta (minha, do PSDB, e dos que nos apóiam) é de reformar o Estado, enfrentando os interesses corporativos, para criar os instrumentos de uma nova articulação entre o país e a ordem mundial, sem que esta se dê, como hoje, à matroca, respondendo automaticamente às propostas internacionais ou refugiando-se no protecionismo de um “estatismo envergonhado”, manipulado pelos interesses corporativos de funcionários, às expensas dos interesses da imensa maioria do povo.

Em outros termos, dado o colapso, que vem de longe da “burguesia nacional” e dada a ineficiência do Estado, estaremos condenados, com ou sem “Consenso de Washington”, à ausência de um projeto nacional viável, se continuarmos na indefinição política quanto à forma e à eficiência do Estado. É para a reforma do Estado, tornando-o mais competente, com carreira e treinamento adequado dos funcionários, mais voltado para a inovação social e menos preso aos interesses corporativos das empresas estatais e dos segmentos “cutizados” da burocracia, que se requer na nova fórmula política.

Esta, repito, não poderá manter o estilo clientelístico-ideológico do passado, nem assumir a feição corporativo-imobilista. Se as forças políticas conservadoras de qualquer dos partidos aliados ou dos demais partidos tentarem opor-se a esta reforma, encontrarão na sociedade e nos setores lúcidos do PSDB e de seus aliados uma barreira intransponível. Nisto reside nosso compromisso político com o eleitorado.

Dará certo nossa proposta?

Como tudo na história, não se sabe de antemão. Mas o Brasil, do ponto de vista econômico, dispõe de condições favoráveis para, controlada a inflação, orientar-se por metas ambiciosas de crescimento, dando um salto *qualitativo* no seu padrão estrutural. Para isso terá de aumentar o “coeficiente de massa cinzenta” em nosso modelo econômico: população mais educada, maiores investimentos em ciência e tecnologia, senso de prioridades. Enquanto isso se processa, é necessário aproveitar nossas vantagens estratégicas: metas audaciosas na agricultura, programas intensivos de treinamento de mão-de-obra, expansão dos setores de serviços, especialmente no turismo etc. É muito investimento (privado, local e internacional, junto do que seja possível no setor público) em energia, portos e transportes.

A grande questão a ser enfrentada pelo próximo governo, uma vez aceito este patamar de ação imediata, será política e social.

Ao invés de caminhar na direção suposta por meus críticos “de esquerda” (ou de imaginação curta?), a aliança capaz de viabilizar

o salto necessário passará pelo apoio dos setores sensíveis à necessidade de reestruturação e de fortalecimento do Estado na direção apontada, tanto no meio empresarial como no meio sindical e profissional, e pelo realinhamento dos setores produtivos, nacionais e multinacionais, para, sob liderança política clara, enfrentar os novos tempos, implementando com urgência as reformas de estrutura capazes de dar à população mais empregos, melhor educação, saúde, habitação e alimentação.

Como, aliás, todos os candidatos desejam. Só que não dispõem das condições políticas para aglutinar as forças capazes de não só querer, mas de realizar competentemente as reformas na direção necessária para combater na prática, e não só nas intenções, a pobreza e a miséria que tornam o Brasil um país deitado eternamente no atraso e no subdesenvolvimento. Hoje existem condições objetivas para reverter este quadro. Não fazê-lo, ou é incapacidade ou, o que é pior, imoralidade pela convivência com a exploração do povo e a injustiça social.

## O DRAGÃO ENFRENTA O SANTO \*

LOURDES SOLA \*\*

Cientista política contesta visão dualista do Plano Real proposta José Luís Fiori no “Mais!”

Há situações na vida de um país em que a incerteza política se configura como uma situação de luta entre dois princípios: a escolha entre os rumos possíveis não admite ambigüidades. Prestam-se, por isso, a uma leitura do tipo “Santo Guerreiro x Dragão da Maldade”, se calhar pelos dois campos e à vigorosa exclusão de um terceiro.

A “Operação Mãos Limpas” na Itália é o exemplo mais acabado desse estado de coisas no mundo pós-Guerra Fria. Apesar de exigirem definições claras, firmeza e abnegação pessoal por parte dos principais protagonistas (incluídos aí os “mafiosi”), e não obstante os altos riscos envolvidos em qualquer tipo de intervenção sobre elas, situações desse tipo têm a virtude de serem moral e analiticamente confortáveis.

São relativamente simples de interpretar e julgar. Ou se está ou não se está contra o crime organizado a apropriação privada de recursos públicos, o narcotráfico, a erosão da autoridade do Estado como poder público. Estas não são, porém, razões suficientes para eximir o cientista social de dar conta da complexidade desse tipo de conjuntura e de aprender com ela.

Pode-se analisar o impacto regressivo que o *destape* iniciado pela “Operação Mãos Limpas” teve sobre o sistema político italiano, sobre a deslegitimação e eventual desestruturação do quadro partidário. Afinal, Berlusconi e sua coalizão eleitoral, que inclui políticos assumidamente fascistas, têm a ver em parte com o

\*Artigo reproduzido da Folha de São Paulo no caderno Mais! de 24 de julho de 1994.

\*\*Professora de Ciência Política e Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Democracia da USP..



desencanto do eleitorado diante da exposição sistemática dos mecanismos de corrupção que comprometiam partidos à direita e à esquerda do espectro ideológico.

Esse resultado imprevisto é perverso porque ameaça não só a democracia italiana, mas também a continuidade do processo de unificação econômica (e não política) da Europa Ocidental. É que a organização do sistema de cooperação econômica, assim como a integração gradativa dos países à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), desde sua origem (Tratado de Roma) está vinculada a condicionais *políticas, formais e substantivas*: instituições democráticas, um mínimo de bem-estar social, compromisso dos governos nacionais de manter salários mínimos elevados.

Os efeitos domésticos e internacionais da “Operação Mãos Limpas” não são automaticamente deriváveis da iniciativa dos cinco ou seis juízes italianos em aliança com empresários cuja resistência, de resto, foi decisiva para a montagem do arsenal de provas legais de que se necessitava para romper o pacto de silêncio e mobilizar a opinião pública.

Esses desdobramentos tornam mais complexos a interpretação e o julgamento de uma conjuntura inicial que parecia simples. Obrigam o analista a fazer um balanço crítico das contradições, dos dilemas e também das oportunidades criados pelo *fato novo*; obrigam-no também a uma boa dose de flexibilidade e de coragem moral para rever seus mapas ideológicos, se necessário.

As mudanças no contexto internacional em fins da década de 1980 e a forma pela qual afetaram as oportunidades para uma intervenção do tipo “Operação Mãos Limpas” oferecem um bom exemplo de como fatos novos podem afetar esquemas conceituais e identidades políticas.

Enquanto o princípio da Guerra Fria ordenou as relações entre os partidos de esquerda, de centro e de direita, cada um deles parecia ter razões de sobra para acobertar o envolvimento de seus quadros e de seus aliados com as redes semi-clandestinas que privatizavam o

Estado e as empresas públicas italianas. Isto significaria facilitar a ofensiva do adversário também em escala internacional.

Um dos efeitos domésticos não antecipados da queda do Muro de Berlim consistiu, justamente, em abrir espaço para maior circulação de verdades nos meios políticos italianos, ao liberar de falsas lealdades os quadros políticos mais críticos do *status quo*, que estavam distribuídos entre *vários* partidos.

É a partir desse contexto que se torna inteligível a montagem de uma ampla coalizão social entre os setores favoráveis à mudança e, em particular, o caráter *transpartidário* da coalizão política que serviu de apoio àquela iniciativa.

O artigo de José Luís Fiori publicado no *Mais!* de 3 de julho (págs. 6 e 7), a propósito do lançamento do Plano Real, suscita, de imediato, a pergunta: será que o tipo de indeterminação que caracteriza a conjuntura econômica e política que vivemos se presta a uma leitura do tipo “Santo Guerreiro x Dragão da Maldade”?

O título “Os Moedeiros Falsos”, o conteúdo dos argumentos e a forma de apresentação induzem o leitor a acreditar que sim. A “chamada” destaca o ponto central das críticas ao Plano e permite identificar quem são uns e outros: “O real não foi criado para eleger FHC, FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil as teses do Consenso de Washington”.

Algumas das críticas são corriqueiras entre alguns intelectuais ligados a Quécia, Lula e Brizola. Ou seja: a idéia de que as diretrizes econômicas do Plano são as mesmas do receituário neoliberal; e a convicção de que seu impacto antiinflacionário poderá ser positivo mas de curta duração, do que deduzem (assimilando a crítica de Delfim aos cruzados do PMDB) que é um “engodo eleitoral”.

O que distingue a crítica de Fiori é o fato de introduzir a dimensão *política* em termos muito mais radicais. Não se limita, apenas, à imputação de uma lógica estritamente eleitoral e portanto a cálculos imediatistas de curto prazo. Oferece um conjunto de argumentos para demonstrar de forma dedutiva que o Plano é parte integrante de um projeto maior, arquitetado fora do país e que suas

diretrizes correspondem a um cálculo estratégico das instituições que representam o Consenso de Washington (CW).

Os economistas seus autores, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência seriam instrumentais das políticas neoliberais e, acima de tudo, para articular a remontagem da coalizão social de direita que legitimou o regime autoritário.

Na mesma forma dedutiva, imputa a cientistas sociais americanos, como Haggard e Nelson, um papel estratégico na elaboração de um receituário político com funções análogas às prescrições econômicas do CW.

Admitamos que estas são hipóteses e como tal devem ser discutidas. Tendo em mente, é claro, para o que der e vier, que as nossas são ciências de observação, onde o método lógico-dedutivo ocupa um lugar importante, mas certamente não é o lugar de honra.

À luz dessa exigência, cabe discutir três aspectos da interpretação de Fiori. Em primeiro lugar, explicitar a diferença entre os pressupostos teóricos subjacentes ao diagnóstico da crise dos anos 80 pelos técnicos do CW e a dos neo-estruturalistas que avançaram a teoria inercial da inflação e/ou da crise fiscal do Estado, da qual deriva a proposta de estabilização e de reforma do Estado associada ao Plano Real.

Em segundo lugar, a dimensão política do que Fiori julga ser o projeto hegemônico de Washington. Em terceiro lugar, sua postura frente a uma das condições de governabilidade democrática, ou seja, a montagem de uma coalizão política que garanta maioria governativa.

1. O receituário do Consenso de Washington é neoliberal por várias ordens de razões. De partida, porque confere ao mercado dois atributos. Primeiro, o de ser o princípio que ordena as relações sociais, o que é correto (tendencialmente) para as sociedades de mercado, como são as capitalistas.

Segundo, o de agente coordenador privilegiado da economia, por contraposição ao Estado, uma função erigida, *automática* e

*dedutivamente*, em condição de desenvolvimento econômico e político.

Trata-se de um mix entre análise descritiva e um roteiro de mudança para as economias e sociedades que “ainda não chegaram lá” onde estão aquelas apresentadas como paradigma, os EUA e os países da Europa Ocidental.

Em segundo lugar, interessa destacar o diagnóstico que o CW fez da crise latino-americana na década de 1980: ela é atribuída a fatores domésticos dos quais o mais importante teria sido o padrão de desenvolvimento centrado no Estado, fundamentalmente autárquico e protecionista, porque orientado prioritariamente para o mercado interno, e baseado na industrialização por substituição de importações.

Esse diagnóstico é insatisfatório por não enfrentar uma questão de fundo: por que esse padrão de desenvolvimento teve êxito durante tanto tempo, sobretudo no Brasil? Por que só na década de 1980 assumiu contornos críticos de uma crise do Estado? Explorar essa questão obrigaria a incorporar teoricamente um fato novo, ou seja, os choques externos, dos quais o mais importante foi o de 1982, porque detonou a situação de extrema incerteza que conhecemos por crise(s) da dívida externa.

Isto não foi integrado como um fator *analiticamente* relevante pelo CW. “Ex-post”, é fácil ver porque: atribuindo-se a crise a fatores predominantemente domésticos, a uma estratégia econômica de longa duração, transferia-se também a cada país a responsabilidade e o ônus de resolvê-la.

É esta a origem de um receituário que se pretende universal baseado em uma fórmula evolucionista, pois, independentemente das diferenças históricas e estruturais em seus pontos de partida, países tão diversos como os Tigres Asiáticos, o Brasil, a Rússia, a Bolívia, a Polônia e as Filipinas só têm uma saída para desenvolver-se.

Ou seja, a adoção de políticas reformistas cujo *ponto de chegada é o Estado mínimo*: uma certa modalidade de estabilização,

ortodoxa, e reformas estruturais que se limitam à abertura comercial, às privatizações e, sobretudo, à desregulamentação da economia.

Os componentes ideológicos desse tipo de receituário devem-se não tanto à natureza das reformas, mas a dois outros postulados. Primeiro: a retomada do crescimento é derivável como consequência automática do tipo de estabilização e das reformas propostas. Esta é, precisamente, uma das modalidades que assume a crença na mão invisível do mercado, tão logo seja plenamente instaurado.

Segundo, e o caráter *minimalista* das reformas dadas como suficientes para mudar o padrão de relações entre Estado e sociedade de mercado; não se trata de reconstruir o Estado e redefinir suas funções, sua forma de ancoragem na economia e sociedade mas exclusivamente de garantir sua retração.

Ora, a crítica teórica mais acabada a esse tipo de proposta foi desenvolvida pelos neo-estruturalistas, graças à importância analítica que atribuem a *um dos fatos novos* os choques externos e às condicionalidades econômicas postas pelo CW, a partir de 1982.

Foi isso que lhes permitiu contrapor-se ao postulado da mão invisível. Por isso puderam dar conta, teoricamente, da dinâmica *perversa* que na ausência de uma solução flexível e negociada para a dívida externa redundaria na ampliação da crise fiscal do Estado, e/ou na tendência das economias latino-americanas a entrar em rota explosiva.

Dá também a proposta *neo-estruturalista* de estabilização, fundada na análise do caráter inercial do novo regime inflacionário que se instaurou nos anos de 1980 e cuja origem é atribuída a múltiplos conflitos distributivos (dos quais o Estado é um protagonista central).

2. Um dos pontos fracos do diagnóstico neoliberal é que opera com outra mão invisível, que pode ter escapado aos economistas, mas não aos cientistas políticos atentos ao potencial reformista que a nova modalidade de dependência contém.

O principal problema do Consenso de Washington é que está em Washington. Isto significa que a globalização da economia e da

vida política, em particular, depois da queda do Muro de Berlim, se manifesta através do vínculo “indissociável” que as instituições relevantes estabelecem entre liberalização econômica e democracia.

Isto é um fato observável a olho nu. O que converte este vínculo em ideologia são duas coisas inter-relacionadas entre si. Primeira: o postulado de que a lógica do mercado e a da democracia se reforçam mutuamente (não obstante alguns custos sociais de transição), tal como ocorreu na história dos países anglo-saxões.

Segunda, a convicção de que essa experiência gradualista (de três séculos) é transferível em um par de anos aos países hoje submetidos às tensões de uma profunda reestruturação de suas economias, em um contexto político movediço e instável de democratização.

Carregar essa ideologia foi e é o “calcanhar de Aquiles” do CW. Isso implicou em confrontar-se com o dilema que cientistas sociais de várias origens (do Sul, do Norte e do Leste europeu) apontam.

Parte da produção intelectual na área específica de que trato gira em torno do que se convencionou chamar de “o paradoxo neoliberal”. Ou seja, o fato observável de que os experimentos neoliberais foram bem-sucedidos ali onde uma ou mais das seguintes condições puderam ser satisfeitas: foram iniciadas por regimes autoritários; ou por democracias onde as burocracias e o poder executivo gozaram de alto grau de autonomia porque confinados das pressões clientelísticas e/ou corporativas e dos partidos; ou dispunham de partidos hegemônicos ou quase únicos.

Tais condições estão longe de projetar um perfil democrático dos governos e do Estado que inicia as reformas relevantes. Trata-se, portanto, de um *diagnóstico* extremamente crítico do paradoxo neoliberal, que Fiori transmuta em receituário. O mesmo ocorre com a forma pela qual entende a formação de coalizões governativas, nosso terceiro ponto.

3. Um dos requisitos de governabilidade democrática é a formação de maiorias governativas, que no Brasil incluem um eixo

parlamentar no Congresso e um eixo federativo, integrado por governadores suficientemente representativos.

Existe um hiato que está na raiz do problema da instabilidade característica das jovens democracias latino-americanas submetidas às tensões de uma estratégia de reestruturação econômica e de reforma do Estado, *quaisquer que sejam*.

Trata-se do hiato que existe, de um lado, entre a composição política da coalizão eleitoral que está na origem de um governo representativo e, portanto, legítimo; e, de outro, a coalizão governamental necessária para ordenar e viabilizar politicamente as tarefas que terá pela frente, façam ou não parte de sua plataforma eleitoral.

Este é um tipo de incerteza política constitucional por assim dizer. O que tem variado, em nosso continente é a forma pela qual esse hiato tem sido reduzido ou eliminado: uma travessia à la Menem, à la Paz Estensoro, lideranças que uma vez no governo iniciaram uma volta de 180 graus em relação às suas credenciais e alianças passadas? À la Salinas de Gortari, que conta com um partido hegemônico (ainda?); ou à la Fujimori?

A resposta obviamente varia de acordo com o quadro institucional preexistente, com a forma de inserção do país no sistema internacional, e com a qualidade das lideranças. O que não dá para dizer é que a recomendação de coalizões governativas estáveis seja parte de uma maquinação de Washington.

Tenho apenas um par de observações a fazer a esse respeito. Em primeiro lugar, todos os partidos com chance de chegar ao segundo turno preparam-se para o terceiro turno, ou seja, a formação de uma coalizão *política* que lhes permita governar.

Embora a aliança entre o PSDB e o PFL comporte riscos, está sendo feita a partir de um programa social-democrata de estabilização e de reformas estruturais que é diferente daquele que corresponderia à *coalizão social* de direita que, segundo Fiori, “destruiu o Estado Desenvolvimentista”.

De resto, acho muito difícil deduzir a coalizão social que deveria “refundar o Estado antes de refundar a economia” de uma

coalizão político-partidária, em um quadro partidário como o nosso, tão fragmentado e com identidades tão fluidas.

Uma razão adicional é que pouco conhecemos da sociedade que está emergindo não só do autoritarismo mas, sobretudo, de um período prolongado de crescimento transformador, seguido de uma década de reconcentração da renda; incluída aí a ideologia das chamadas classes dominantes e a cultura política das classes de baixa renda.

Em segundo lugar, a integração do Mercosul, a adesão ao Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e aos princípios da Rodada Uruguai, muito mais do que o CW, apontam para formas de inserção do país no sistema internacional bem distintas daquela que uma análise do tipo Guerra Fria pressupõe.

O PT e o PMDB terão que se definir, portanto, e produzir rapidamente não apenas um programa de estabilização, mas também de reformas liberalizantes.

Essas são questões para as quais não há resposta segura. Por isso mesmo, devem fazer parte de uma agenda de pesquisa. Urgente. Pois, como disse Heidegger, saber é poder aprender.

# AS PALAVRAS E AS COISAS \*

JOSÉ LUÍS FIORI

"So who are the new colonialists? They carry calculators instead of guns. They wear business suits, not battle fatigues. And they preach the gospel of free-market economics instead of missionary religion. The new colonialists are the members of the international donor community, led by the World Bank and the International Monetary Fund, but also including everything from Western embassies to commercial banks to the burgeoning nongovernmental organizations... But we need organizations to make standards. Otherwise developing countries are going to be cut off from everything in the world"...

Newsweek, 01 de agosto de 1994.

1. "Newsweek" é uma revista que dispensa apresentações. Ninguém tem dúvidas sobre sua importância ou sobre seu rigoroso alinhamento liberal, nem desconhece sua familiaridade com as "mudanças contemporâneas". E seus leitores sabem que não é partidária de análises políticas conspiratórias. Por isso chama tanto a atenção a sua matéria publicada neste mês de agosto, sobre "O Novo Colonialismo", onde apesar de certos exageros, demonstra uma sensibilidade para os aspectos não-econômicos das "mudanças no padrão estrutural da economia e da sociedade contemporâneas" maior do que a de FHC em seu artigo "Reforma e Imaginação" publicado recentemente no Caderno Mais! (10/7). E por isso é capaz de perceber e afirmar coisas que FHC acha que são produto do "artificialismo" ou obra do "estereótipo conspiratório", como no caso do tal "Consenso de Washington", um mero *label* acadêmico inventado por um economista liberal com objetivo de resumir apenas

\*Artigo reproduzido da Folha de São Paulo, caderno Mais! de 14 de agosto de 1994.

o programa de ajuste econômico defendido de forma absolutamente explícita e transparente (mediante o uso de suas "condicionalidades") pelo FMI e pelo BIRD, como diz com todas as letras e sem maiores ressalvas o referido semanário norte-americano.

Mas tudo passa entre nós como se uma parte da intelectualidade vivesse até hoje traumatizada (sem razão, em muitos casos) com as críticas às suas teorias do imperialismo e que a revista *Newsweek* é capaz de denunciar impunemente: que "*in Latin America, a region devastated by debt, corruption and dictatorship, every country from Mexico to Argentina has had to chart its economic course with the donor community's assistance and arm-twisting*", ou pior ainda, que "*from all these countries, the center of the new colonialism is the office of FMI director Michel Camdessus*".

2. Denunciar "visões conspiratórias", contudo, não seria mais do que um novo cacoete sem importância se não ocultasse uma dimensão central para a correta compreensão da nova ordem internacional emergente: o papel do "poder político" nas transformações contemporâneas da economia mundial. Um erro analítico que, nesse caso, cumpre a função ideológica de reduzir o processo da globalização a um fenômeno material, tecnológico/produtivo, que induziria a respostas nacionais tão necessárias quanto lineares e universais. Com isto, se confunde *intencionalmente* a irreversibilidade da globalização econômica, com a inevitabilidade de determinadas soluções, como se elas fossem independentes das vontades internas dos países e de suas coalizões governantes. Essa linearidade ou inevitabilidade é, aliás, a marca essencial que define o conceito do "Consenso de Washington", e explica a homogeneização das políticas econômicas dos governos de que nos fala a *Newsweek*, mesmo daqueles que não tenham sido gerados conspiratoriamente em nenhum gabinete da capital norte-americana.

Samuel Huntington, um conservador notório, subscreve nossa tese ao reconhecer em artigo recente o papel decisivo e explícito do poder das grandes potências na conformação da nova ordem mundial



globalizada. Para ele, o mundo pós-Guerra Fria “os temas da política global e de segurança são de fato decididos por um diretório formado pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, enquanto as questões referentes à economia mundial são decididas por um diretório reunindo Estados Unidos, Alemanha e Japão, todos eles mantendo relações excepcionalmente próximas entre si, com a exclusão da maior parte dos países não ocidentais.” (*Foreign Affairs* do verão de 1993).

Robert Kellogg, um liberal convicto, aponta na mesma direção quando afirma que “*the internationalization has not been an apolitical economic process, in which adaptation to technological-driven incentives accounts for all changes that take place. On the contrary, during the 1980 intense political pressure was exerted by advanced industrialized countries on developing countries to open their economies.*” Concluindo de forma taxativa que “*along a variety of dimensions, the domestic economic regulations of developing countries — and by implication, their ruling political coalitions — were called into question by powerful states. As always in the world economy, power mattered.*” (Fevereiro de 1994). O difícil de aceitar portanto, é que os conservadores como os liberais norte-americanos consigam compreender melhor do que FHC a importância e a forma não-conspiratória em que atuam às grandes potências na definição dos rumos da globalização econômica.

O que de importante deve reter-se desse debate sobre a nova ordem mundial é que, ao contrário do que afirma FHC, a globalização da economia não existe apenas “como consequência de uma nova forma (até tecnológica) de produzir”. A globalização, apesar de ser um neologismo muito pouco preciso, aponta para um processo de transformações cujas origens e consequências são muito mais complexas, por envolver inúmeras dimensões não-econômicas num intrincado processo de decisões privadas e públicas tomadas na forma de sucessivos e inacabados desafios e ajustes. Neste sentido, a globalização é sem dúvida uma realidade política, cultural e econômica que vai nascendo às costas dos produtores e dos governos, mas é também o resultado de decisões políticas e econômicas

tomadas de forma cada vez mais concentrada por alguns oligopólios e bancos globais e alguns poucos governos nacionais. Em síntese, não se trata de um processo que derive apenas do progresso técnico ou da evolução competitiva dos mercados, como é visível em alguns de seus momentos e inflexões mais importantes. Assim, por exemplo, com o que ocorreu nos anos 60, quando a contestação da hegemonia norte-americana por parte de alguns governos europeus, foi a grande responsável pelo acordo que deu origem, em 1967, aos *Special Drawing Rights*, novo instrumento monetário internacional que acabou suplantando o dólar e o ouro e culminou, como é sabido, como fim do padrão dólar e do sistema de Bretton Woods, em 1971/73. Ou também, com o que passou nos anos 70, quando a resposta nacional japonesa ao desafio energético em primeiro lugar, e logo depois, à sobrevalorização de sua moeda, foram os grandes propulsores das transformações tecnológicas e produtivas na origem do que já se chama de terceira revolução industrial. Ou ainda, finalmente, com o que ocorreu nos anos 80, quando uma decisão do Encontro dos Sete de 1984 (London 2) inicia o esforço comum de coordenação e homogeneização das políticas econômicas nacionais, mal-sucedido no caso das grandes potências econômicas (como ficou visível a partir do Encontro de 1989 em Paris), mas que vem alcançando indiscutível sucesso no caso das economias em desenvolvimento, sobretudo do Leste europeu e da América Latina.

É neste sentido que a candidatura de FHC aparece como peça essencial de uma estratégia global, que transcende de muito as nossas fronteiras, como fica visível na entrevista de John Williamson à *Folha de São Paulo* (07/ago). O seu programa de estabilização e reformas é perfeitamente consistente com os desígnios do G-7 e da chamada comunidade financeira internacional. Mas isto não envolve conspirações, envolve uma “convergência” a partir da aceitação “realista” por parte de FHC, de uma correlação de forças que ele considera imutável. O que de forma alguma quer dizer que ele seja “um pau mandado” de Camdessus como poderia sugerir uma leitura maliciosa do *Newsweek*.

3. Muito mais grave do que isso, entretanto, para quem considera que sua candidatura se distingue das demais pela sua original visão das “mudanças mundiais”, é a sua idealização ou o desconhecimento das conseqüências econômicas e sociais da globalização já assumidas hoje como um desafio ainda sem resposta, por parte dos países industrializados. Hoje só não reconhece quem não quer que, depois do compreensível otimismo provocado pelo *annus mirabilis* de 1989, já a partir de 1992, junto com a nova recessão mundial, os conflitos comerciais e a visível impossibilidade de coordenação macroeconômica entre as três grandes potências, vem se consolidando uma nova leitura do que ocorreu nos anos oitenta. Uma leitura que vem chamando a atenção para algumas conseqüências mais perversas e incontroláveis do atual movimento de internacionalização. Alinham-se nessa direção às constatações de que:

- a desregulação bancária e o fluxo errático dos capitais privados, criou uma situação de instabilidade sistêmica que desafia os principais Bancos Centrais do mundo e inviabiliza qualquer tipo de política monetária a qualquer tipo de política monetária autônoma, na periferia capitalista;

- as transformações produtivas induzidas pela competitividade em uma economia mundial aberta têm deixado como seqüela um desemprego que gira em torno de 10% em média nos países da OECD e nos países periféricos já “ajustados”. Desemprego que aumentará segundo todos os prognósticos independentemente do ritmo de crescimento que volte a ter a economia mundial até o final do milênio;

- e por fim, o conjunto destes processos, provocou nos anos oitenta uma concentração sem precedentes do poder, do conhecimento e da riqueza em mãos de um número limitadíssimo de empresas e bancos globais, os grandes responsáveis hoje pelas decisões de alocação e deslocação de recursos produtivos e financeiros.

Numa direção complementar, têm-se sublinhado a importância desta concentração de poder e riqueza na limitação dos graus de

liberdade e de eficácia das políticas públicas nacionais. Assim, percebe-se cada vez mais que:

a) numa economia globalizada e desregulada fica extremamente difícil implementar políticas industriais sem contar com o controle do risco sistêmico, representado pela instabilidade crônica do câmbio e dos juros;

b) numa economia que se propõe como objetivo central a competitividade em sistema economicamente aberto fica difícil o fortalecimento fiscal dos Estados emparedados pela total mobilidade e desregulação dos capitais. E, portanto, nesse sentido, estreitam-se as margens de qualquer tipo de política social;

c) numa economia objetivamente fragmentada e subjetivamente movida pelo individualismo fica praticamente impossível implementar, com sucesso, políticas de longo prazo, sem contar com a participação e a solidariedade das populações, fenômeno cada vez mais raro nas sociedades globalizadas.

Diante de tudo isto é preciso ser claro, ainda que seja doloroso reconhecê-lo: os governos dos países centrais (e muito menos o dos periféricos) não conseguiram fazer até aqui rigorosamente nada para enfrentar os novos desafios, como ficou visível na impotência decisória das recentes reuniões de Detroit (emprego), Corfu (CEE) e Nápoles (G-7). Nesse sentido é uma completa ingenuidade considerar superada a “era neoliberal”. E, por outro lado, a social-democracia mundial tampouco foi capaz de propor nada de diferente dos liberais quando foram governo (como na Espanha, Itália ou França), ou quando estiveram por longo na oposição (como na Inglaterra ou Alemanha). Na verdade, o que vem se afirmando como resposta ao projeto de globalização liberal e como efeito do impasse social-democrata é, por um lado, a barbárie (apenas mais ostensiva nos “failing nations” africanos) e por outro, variadas formas de um nacionalismo fascista que Charles Mayer chamou de “territorial populism”, referindo-se seja a um Berlusconi na Itália, seja a um Lukashenkoi na Belarus, entre tantos outros “estadistas” de nossos tempos. Poucos são os que conseguem ver nas vitórias eleitorais

recentes dos velhos *aparatchiks* do Leste europeu, além da reação antiliberal dos eleitores, o nascimento de uma nova "social-democracia pragmática".

Esta é a verdadeira realidade mundial que FHC se gaba de ser o único candidato a conhecer e assimilar em seu programa de governo. Mas em nenhum momento ele se sente tentado a demonstrar a viabilidade e compatibilidade de suas várias metas sociais, econômica e políticas de governo a partir dos "constrangimentos" impostos por sua particular opção de inserção internacional, indicada pela estrutura de seu Plano Real e pela natureza ultraliberal das "reformas" propostas por seus aliados na recente e frustrada revisão constitucional. Aliás, está na hora de esclarecer de uma vez por todas que nenhum candidato ao governo brasileiro pode, hoje, deixar de apresentar respostas a uma agenda que se impõe a todos com a força dolorosa dos números: estabilizar a economia, responder ao desafio social da miséria e da violência, reconstruir o Estado e contribuir para a retomada do crescimento. Nesse sentido o que pode e deve diferenciá-los não são suas metas, mas a forma em que pretendem hierarquizar seus objetivos e distribuir os ônus de suas políticas.

4. O que é possível concluir de tudo isto? Que a globalização é irreversível, mas é para todos os países um desafio mais do que uma solução. Ou, nas palavras de Robert Keohane, "*the lesson is: adapt or die*", porém "*the choice of strategies, policies and the timing of reforms have differed substantially from country to country*" e estas diferenças são diretamente determinadas pela coalizão de forças que conduza o processo da reinserção internacional. Chalmer Johnson já demonstrou isto, faz muito tempo, com relação ao sucesso japonês, da mesma forma em que David Cameron comprovou a maior eficácia das coalizões, "neocorporativistas" para realizar ajustes econômicos com menores "custos" sociais.

E quanto a isso, hoje, no Brasil ninguém tem mais dúvidas sobre as principais coalizões que estão se propondo a governar o

país. E nesse sentido, por mais que isto possa ser doloroso para alguns: "não foi só por oportunismo, mas por coerência que os tucanos fizeram o possível para aderir ao governo Collor e agora se aliam ao PFL. Aqui como em toda parte, faz tempo que os social-democratas viraram neoliberais"... (e por isso) o movimento da campanha de FHC parece claro. Acertou o relógio das expectativas ajustando o calendário econômico ao eleitoral. Fechou acordo com os mais tradicionais núcleos de poder, como o oligopólio da TV e o coronelato do Nordeste. Agora só falta o mais (e menos) importante: "coletar votos" (O. Frias Filho, *FSP* 7/7 e 28/7). E nisto, como é sabido, as esperanças estão depositadas no efeito imediato do Plano Real. Sem "subestimar sua capacidade analítica ou sua imaginação" nem desconhecer "seus valores", não há como enganar-se: "diante da realidade contemporânea", FHC optou de fato por uma coalizão conservadora e de centro-direita. O resto, na feliz expressão de um empresário paulista, "é conversa fiada para boi dormir".

5. Mas nos tempos que correm, parece que como o dinheiro descolou-se da produção, as palavras também se descomprometeram das coisas. E como a imaginação financeira foi capaz de criar produtos que multiplicaram infinitamente a riqueza, a imaginação política também seria capaz de mudar a natureza das coisas, inventando novas palavras ou substituindo pela poética a força real das evidências e dos fatos. Essa é pelo menos a impressão que fica do gigantesco esforço da "social-democracia brasileira" para explicar sua opção, perfeitamente legítima e quem sabe até "realista", por uma modernidade conservadora. No final, acabam dissolvendo a distinção entre esquerda e direita mas no seu lugar introduzem, de forma auto-justificatória, uma espécie de versão política pós-moderna (?) da esdrúxula taxonomia chinesa dos animais, citada por Borges e lembrada nas *Palavras e as Coisas* de Michel Foucault.